



GEDES
Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 15/2023
Período: 06/05/2023 - 12/05/2023
GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ

- 1- Ex-major do Exército foi preso por envolvimento em esquema de fraude
- 2- Comandante da Marinha criticou uso equivocado do Artigo 142 por bolsonaristas
- 3- Primeira-dama se opôs à atuação do Exército na contenção dos golpistas em Brasília em janeiro, segundo livro
- 4- Exército contratou empresa de acusado de chefiar garimpo ilegal
- 5 - Tenente-coronel Mauro Cid passou a ser investigado por lavagem de dinheiro
- 6- CPI da CLDF transformou convocação de generais em convite para depor
- 7- Presidente do STM falou sobre a relação do governo com as Forças Armadas

1- Ex-major do Exército foi preso por envolvimento em esquema de fraude

De acordo com notícias dos jornais *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, durante a Operação Venire, liderada pela Polícia Federal (PF), o advogado e ex-major do Exército Ailton Gonçalves Moraes Barros, que se apresentou como o "01 de Bolsonaro" durante as eleições estaduais de 2022 pelo Partido Liberal (PL), foi preso preventivamente. Segundo *O Estado de S. Paulo*, Ailton era uma peça-chave no esquema de fraude relacionado à carteira de vacinação da esposa do tenente-coronel do Exército Mauro Cid, ex-auxiliar de ordens do ex-presidente da República Jair Bolsonaro (PL). Durante a operação, a PF interceptou mensagens em que o ex-oficial afirmou saber quem ordenou o assassinato da vereadora Marielle Franco, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e de seu motorista Anderson Gomes, em 2018. Também foram encontradas nas mensagens referências a "tratativas para a execução de um golpe de Estado e possível tentativa de abolição violenta do estado democrático de direito". De acordo com o *Correio*, novos áudios interceptados pela PF e divulgados pela CNN Brasil revelam uma conversa de Ailton com o coronel do Exército Elcio Franco, ex-secretário executivo do Ministério da Saúde e ex-assessor especial da Casa Civil no governo Bolsonaro, sobre uma ação antidemocrática, que incluía a mobilização de 1,5 mil militares e a prisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. Nos áudios, ambos discutem sobre quem lideraria o plano golpista, com Franco defendendo que o movimento deveria ocorrer por meio do Batalhão de Operações Especiais da Força, chefiado pelo capitão Virgílio Marchi Garcia, uma vez que o ex-comandante do Exército, Marco Antônio Freire Gomes, tinha receio de ser responsabilizado pelo crime. Com base no conteúdo das mensagens, a PF

solicitou o compartilhamento do inquérito sobre os eventos do dia 8 de janeiro de 2023. Segundo o *Correio Braziliense*, Ailton havia sido considerado morto pelo Exército, e sua esposa recebia uma pensão de R\$ 22 mil. Em nota, o Exército afirmou que, após sua expulsão da corporação em 2014, Barros não perdeu os direitos que se estendiam aos dependentes e, portanto, foi incluído no sistema como "morto fictício" para que sua esposa pudesse receber a pensão correspondente ao posto, conforme previsto na legislação vigente. O subprocurador-geral Lucas Furtado, do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), pediu no dia 08/05/2023 a suspensão da pensão, afirmando que o benefício gera "prejuízo iminente, não só para o erário, mas para a moralidade da administração pública no Brasil". Em coluna opinativa para *O Estado*, a jornalista Eliane Cantanhêde afirmou que os áudios do ex-militar revelados pela emissora de televisão CNN Brasil são "pérolas" e ajudam a explicar não apenas "o 8 de janeiro, [mas também] quem botava a mão na massa para Bolsonaro". Segundo a colunista, apesar de Barros ser "mal visto pelos antigos pares", suas falas golpistas não foram isoladas, uma vez que Eduardo Bolsonaro, Abraham Weintraub e até mesmo o ex-presidente Bolsonaro também já haviam liderado "atos contra Supremo e ministros". Por outro lado, na visão do jornalista José Roberto Guzzo, a prisão de Barros é "um ato de vingança", afinal "pelo Estatuto dos Militares, [ele] só poderia ter sido preso em flagrante". De acordo com Guzzo, essa prisão se insere em mais um dos atos de "censura e supressão de direitos" por parte do Supremo Tribunal Federal, que "resolveu que a lei brasileira não se aplica a Bolsonaro e seus aliados". Já o jornalista Marcelo Godoy, em coluna para o *Estado*, comentou sobre o passado de Barros, afirmando que o ex-oficial possuía uma carreira conturbada no Exército. O ponto mais "intrigante" seria a filiação e lançamento de candidatura política pelo Partido dos Trabalhadores (PT) enquanto ainda estava na ativa, em 2002, o que culminou em sua expulsão da Força. (*Correio Braziliense* - Política - 09/05/23; *Folha de S. Paulo* - Editorial - 11/05/23; *O Estado de S. Paulo* - Política - 07/05/23; *O Estado de S. Paulo* - Política - 09/05/23; *O Estado de S. Paulo* - Editorial - 11/05/23)

2- Comandante da Marinha criticou uso equivocado do Artigo 142 por bolsonaristas

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, o comandante da Marinha, almirante Marcos Sampaio Olsen, criticou o uso equivocado do artigo 142 da Constituição Federal por bolsonaristas, que o interpretam como um papel moderador para as Forças Armadas no Brasil. Olsen destacou que a interpretação da Constituição cabe ao Supremo Tribunal Federal (STF) e que a bancada do Partido dos Trabalhadores (PT) na Câmara dos Deputados está articulando uma proposta de emenda constitucional (PEC) para retirar a menção à garantia da lei e da ordem do artigo. Ainda segundo o jornal, o Ministério da Defesa enviou uma minuta de PEC ao Planalto para proibir que militares permaneçam na ativa caso disputem eleições ou assumam cargos no Executivo. No ano passado, bolsonaristas que não aceitaram a derrota eleitoral do ex-presidente da República Jair Bolsonaro (PL) para Luiz Inácio Lula da Silva (PT) voltaram a citar o artigo 142 para exigir um golpe de Estado pelas Forças Armadas. Durante uma entrevista dada ao jornal *O Globo* e publicada pela *Folha*, o comandante criticou a politização das Forças Armadas durante o governo Bolsonaro e defendeu a ida

à reserva de militares que assumam cargos públicos. Ele também afirmou que um levantamento interno identificou militares filiados a partidos políticos, o que caracteriza contravenção disciplinar sujeita a processo administrativo. Em março, a Marinha emitiu um comunicado estipulando prazo de 90 dias para que seus oficiais efetuassem a desfiliação das legendas, sob risco de punição, medida seguida pelos comandos do Exército e da Aeronáutica. (Folha de S. Paulo – Política – 05/05/23)

3- Primeira-dama se opôs à atuação do Exército na contenção dos golpistas em Brasília em janeiro, segundo livro

Em notícia sobre o livro “Janja – A Militante que se tornou Primeira-Dama” publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, durante os atos de terroristas contra as sedes dos três Poderes em Brasília, no dia 08 de janeiro 2023, a primeira-dama Rosângela da Silva, conhecida como Janja, discordou do ministro da Defesa, José Múcio, quando ele sugeriu que o Exército atuasse via decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) para conter os golpistas. Enquanto estava ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que falava ao telefone com o ministro, Janja se opôs à ideia, afirmando que a GLO seria um golpe. Como alternativa, Lula decidiu decretar intervenção na segurança do Distrito Federal ainda no dia 8 de janeiro. (Folha de S. Paulo – Política – 06/05/23)

4- Exército contratou empresa de acusado de chefiar garimpo ilegal

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, o Exército brasileiro contratou para a perfuração de poços artesianos em território indígena, no estado de Roraima, a empresa Catarata Poços Artesianos. Tal companhia pertence ao empresário Rodrigo Martins Mello, acusado de comandar o garimpo ilegal na mesma região. O Ministério Público Federal solicitou a suspensão do acordo, e o Exército declarou que seguiu a Lei de Licitações e Contratos, alegando que a empresa contratada propôs o menor valor para a obra em relação aos outros participantes. Entretanto, o juiz Rodrigo Mello, 4º Vara Criminal do estado, determinou que a empresa deve finalizar os poços para que não prejudique a população local. Ainda segundo o jornal, os empresários contratados pelo Exército também são acusados de “lavagem de dinheiro, obstrução da Justiça e de formar organização criminosa responsável por fornecer aeronaves, munições de armas e fogo, combustível e outros materiais para o garimpo ilegal.”. (O Estado de S Paulo - Política - 08/05/23)

5- Tenente-coronel Mauro Cid passou a ser investigado por lavagem de dinheiro

Segundo reportagem publicada pelo periódico *O Estado de S. Paulo*, a Polícia Federal (PF) identificou uma conta nos Estados Unidos em nome do tenente-coronel do Exército Mauro Cid, ex-ajudante de ordens do ex-presidente da República Jair Bolsonaro (PL), e pretende solicitar na justiça a quebra do sigilo bancário para analisar a movimentação financeira do militar. A PF investiga também a origem do dinheiro, cerca de U\$ 35 mil (equivalente a R\$ 175 mil) e mais R\$ 16 mil em espécie, apreendidos em um cofre na casa de Cid durante o cumprimento de mandados da Operação Venire. Segundo informação divulgada em 07/05/2023 pelo programa de televisão Fantástico, da emissora Rede Globo,

e confirmada pel'O Estado, agora o oficial também está sendo investigado por lavagem de dinheiro. Cid, que possui outras acusações, como o envolvimento na entrada ilegal no Brasil de joias doadas pela Arábia Saudita, foi preso preventivamente por suspeita de participação em um esquema de fraude de comprovantes de vacinação contra a Covid-19 e está sendo investigado por organização e financiamento dos atos antidemocráticos de 08 de janeiro de 2023. (O Estado de S Paulo - Política - 09/05/23)

6- CPI da CLDF transformou convocação de generais em convite para depor
De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) que investiga os Atos Antidemocráticos ocorridos em 08 de janeiro de 2023 aprovou requerimentos para transformar em convites as convocações dos generais Augusto Heleno Ribeiro Pereira, Marco Edson Gonçalves Dias e Gustavo Henrique Dutra de Menezes para prestarem depoimentos. Com a mudança, os militares deixaram de ser obrigados a comparecer à CPI. O periódico destacou que os requerimentos foram resultado de um acordo com o Exército, que teria garantido a presença dos generais caso o pedido de alteração fosse atendido; os deputados distritais teriam, então, confiado no “acordo de cavalheiros”. Augusto Heleno, cujo depoimento está marcado para 07/06/2023, e Gonçalves Dias comandaram o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República no governo do ex-presidente da República Jair Bolsonaro (PL); Dutra de Menezes foi chefe do Comando Militar do Planalto (CMP) e está com depoimento marcado para 18/05/2023. (*Correio Braziliense – Cidades – 12/05/23*)

7- Presidente do STM falou sobre a relação do governo com as Forças Armadas
De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o presidente do Superior Tribunal Militar (STM) Joseli Parente Camelo afirmou que é preciso que o governo volte a confiar nas Forças Armadas. Ele também defendeu a aprovação de um projeto de lei que determina a transferência obrigatória à reserva de militares que exerçam atividades políticas, como forma de manter a instituição exclusivamente em atividades previstas na Constituição. Na avaliação do militar, conforme relata o jornal, os recentes contatos do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (PT) com as Forças Armadas, a exemplo da inauguração da linha de montagem dos caças F-9 Gripen, na sede da Embraer em Gavião Peixoto, estado de São Paulo, são indícios de que a retomada da confiança já está acontecendo; no entanto, Camelo avalia que a investigação dos ataques antidemocráticos de 08 de janeiro 2023 ainda causará eventuais “efervescências”, mas “aos poucos, a partir da sinalização dos comandantes, isso vai diluindo”. (*Folha de S. Paulo – Política – 12/05/23*)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br
Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br
O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)
Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)
Marina Gisela Vitelli (URFFJ)
Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Laura Meneghim Donadelli
Leonardo Pontes Vinhó

Equipe redação UNESP/Franca

Abrahão Henrique Alves de Lima (bolsista COPE)

Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco

Beatriz Grasiano Campos
Davi Campos Matos
Isabelle Costa
Giovani Nunes Aguiar
Giulia Maria Dardegan Barbosa
Marcela Furlan de Cena
Mariana Terezinha Passos
Rodrigo Freitas de Souza
Thalia Cristina Vieira Lima

Equipe redação UFRRJ

Alberto Machado Santos
Geremias Dias dos Santos de Carvalho
Manuela de Jesus Brasil
Maria Luiza Garcia Rabelo
Mariana Amaro Gonçalves Silva
Vinícius de Albuquerque Damasceno
Vinícius Menezes Aguiar